

**A** CPI Mista dos Cartões Corporativos deverá ouvir hoje dois acusados de envolvimento no vazamento de informações sigilosas da Casa Civil sobre gastos do ex-presidente Fernando Henrique. Um dos depoentes é o ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido Nunes, indiciado pela Polícia Federal por quebra de sigilo funcional. O outro é André Eduardo da Silva Fernandes, consultor legislativo do Senado lotado no gabinete de Alvaro Dias (PSDB-PR).

A primeira parte da reunião, cujo início está marcado para as 9h, será secreta, destinada à leitura dos depoimentos que os dois acusados prestaram à Polícia Federal. José Aparecido e André Fernandes devem depor a partir das 10h e poderão ser acareados, segundo a presidente da CPI, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Ontem, José Aparecido obteve no Supremo Tribunal Federal *habeas corpus* para não ser preso na CPI.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou ontem o acordo com Marisa Serrano para que a votação da pauta da sessão deliberativa de hoje – a ordem do dia – seja iniciada às 18h. Com o adiamento, a comissão de inquérito teria tempo suficiente para interrogar os dois envolvidos no vazamento do dossiê.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que convocou toda a base governista para votar hoje e amanhã oito das 13 medidas provisórias (MPs) que estão trancando a pauta do Senado.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que a agremiação não participará de nenhum esforço de votação enquanto o governo não retirar as duas MPs editadas na semana passada que tratam do aumento salarial dos servidores públicos, civis e militares, por meio da abertura de crédito extraordinário, e encaminhar o assunto novamente ao Congresso Nacional na forma de projeto de lei com tramitação em regime de urgência.

## Acusados de vazar dossiê serão ouvidos hoje na CPI dos Cartões

Depoimentos de José Aparecido Nunes e André Eduardo Fernandes devem começar às 10h. Foram adiadas para as 18h as votações em Plenário, cuja pauta está trancada por 13 medidas provisórias



Marisa Serrano (ao lado do deputado Marcelo Melo) preside CPI; trabalhos poderão se estender por todo o dia

### Comissão de Orçamento examina relatório preliminar de Serys à LDO

A Comissão Mista de Orçamento começa a votar hoje o relatório preliminar ao projeto da Lei de Dire-

trizes Orçamentárias para 2009. A relatora, Serys Slhessarenko, acatou 24 emendas. **Página 4**



Ao lado de Mendes Ribeiro e Delcídio Amaral, Serys apresentou ontem seu relatório a coordenadores de bancadas estaduais

### Senadores lamentam morte de Zélia Gattai

José Sarney, Marco Maciel e Arthur Virgílio registram perda para a literatura nacional com a morte da escritora, esposa de Jorge Amado. **Página 4**

### Lançada frente para defender aposentados e pensionistas

**Página 4**



Paulo Paim voltou a defender ontem seu projeto que acaba com o fator previdenciário

Questões são discutidas por membros da CRE em reunião com o vice-presidente da Assembléia Nacional angolana



Heráclito, ao lado do embaixador Afonso Cardoso (E), participa de reunião na Assembléia

## Facilidades de visto e mais vôos para Angola

Os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI), Marconi Perillo (PSDB-GO), José Nery (PSOL-PA) e João Pedro (PT-AM), em reunião com o vice-presidente da Assembléia Nacional de Angola, deputado João Lourenço, discutiram a necessidade de diminuir a burocracia na concessão de vistos de trabalho e as possibilidades de criação de uma nova linha aérea ligando o Brasil e aquele país.

Desde o sábado em Luanda, os senadores visitaram obras realizadas por empresas brasilei-

ras, especialmente na construção civil. Eles assistiram ainda a uma palestra de representantes da Petrobras, em que obtiveram informações sobre investimentos em Angola.

O aumento de vôos entre os dois países e a facilitação dos vistos, bem como a instalação de escolas brasileiras, são pleitos dos brasileiros que trabalham em Angola. O consulado do Brasil calcula que haja em torno de 15 mil brasileiros residindo em território angolano.

## Maciel comemora a adesão de Portugal ao acordo ortográfico

Marco Maciel (DEM-PE) destacou em discurso a aprovação, pela Assembléia da República de Portugal, do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. O senador disse que se aguardam agora as adesões de Angola, Moçambique e Timor Leste.

– Não se pretende limitar as

transformações de um idioma, porque elas são incontáveis – explicou o parlamentar. Segundo Maciel, “o que se visa nesse acordo ortográfico são as convergências fundamentais, antes que as divergências eventuais se convertam em definitivas e nos separem para sempre”.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Dragões da Independência

O Senado comemora às 10h, em sessão especial, os 200 anos de criação dos Dragões da Independência. Às 18h, a sessão é deliberativa. A pauta de votações está trancada por medidas provisórias e projetos de lei de conversão.

## Agenda do presidente

Às 10h, Garibaldi Alves comparece, na Câmara, a reunião de avaliação e preparação de mediadores estaduais do Curso de Formação Ulysses Guimarães. Depois, preside a sessão especial em comemoração dos 200 anos de criação dos Dragões da Independência. Às 18h, preside a ordem do dia.

## CPI da Pedofilia

Senadores da CPI da Pedofilia ouvem, na cidade de Uberaba (MG), depoimento de Levi Cançado. Ele está preso, sob acusação de prática desse delito.

## Ecad e direitos autorais em debate na CE

Os direitos autorais nas áreas de cinema e música, e o desempenho do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) serão debatidos, às 10h, em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comuni-

cação Social. Foram convidados para a reunião, entre outros, os presidentes da Associação Brasileira de TV por Assinatura, Alexandre Annenberg; da Associação Brasileira de Músicas e Artes, José de Araújo Novaes Neto; e da Associação Paulista de Cineastas, Ícaro Martins.

## CCJ analisa precatórios

Às 14h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decide sobre o substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a sete propostas de emenda à Constituição que tratam de precatórios judiciais. Também deverá ser votado substitutivo ao projeto de resolução que altera a tramitação dos atos de outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão.

## Relatório preliminar da LDO

O colegiado de representantes das lideranças partidárias na Comissão Mista de Orçamento (CMO) discute, a partir das 10h, o relatório preliminar sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009. Às 14h, o relatório deverá ser votado pelos integrantes da comissão.

## Desconto a baixo consumo de energia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa, às 10h, pauta com 11 proposições, entre elas o projeto que dá descontos de até 65% na conta de energia elétrica para residências onde é baixo o consumo. Consta da pauta, ainda, substitutivo ao projeto que institui o Balanço Social Empresarial e autoriza a criação do Selo Empresa Responsável.

## Crédito específico para biodiesel

Sete projetos compõem a pauta da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que se reúne às 11h. Entre eles, está o que altera a legislação que introduz o biodiesel na matriz energética brasileira, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para a produção do biocombustível. Também deverá ser votado o projeto que caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis de hidrovias.

## CPI dos Cartões toma depoimentos

Os integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos analisa, às 9h, os depoimentos prestados à Polícia Federal pelo ex-secretário de Controle Interno da Presidência da República José Aparecido Nunes Pires e pelo consultor legislativo do Senado André Eduardo da Silva Fernandes. Logo em seguida, eles deverão prestar informações aos parlamentares do colegiado.

## Indenização a passageiros

Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), às 11h30, estão 12 matérias. Uma delas é o substitutivo a quatro projetos de lei que tratam de indenização a usuários de companhias aéreas em casos de recusa de embarque, atrasos e cancelamentos de vôos, danos em bagagens e excesso de reservas em aeronaves – o chamado *overbooking*.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Papaléo Paes e Antônio Carlos Valadares



## MPs ameaçam equilíbrio entre Poderes, afirma Papaléo Paes

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou a edição “excessiva” de medidas provisórias (MPs) pelo Executivo, que, ao assumir a função de legislar, enfraquece a isonomia entre os três Poderes.

Para ele, “o Poder que não souber defender as suas prerrogativas seguramente não estará bem representando a sociedade”. Ressaltou que o Senado “consegue ainda manter viva, graças, sobretudo, ao empenho da oposição, a consagrada separação dos Poderes”.

Papaléo lembrou que o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, e o presidente do Congresso Nacional, senador Garibaldi Alves Filho, também criticam o excesso



Papaléo é autor de proposta que acaba com o instituto das medidas provisórias

de MPs.

Em aparte, o senador Marco Maciel (DEM-PE) defendeu o fim das medidas provisórias, conforme proposta de Papaléo.

### Mão Santa cobra ajuda a hospital

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que, se estivesse no lugar do presidente Lula, daria preferência ao pagamento das dívidas do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho no lugar de quitar dívidas do país com banqueiros. O hospital-escola suspendeu o atendimento à população fluminense na semana passada, quando professores anunciaram que já não contavam com condições para manter os serviços.

O senador disse que visitou o hospital e constatou as péssimas condições de sua estrutura. Na sexta-feira, estudantes do hospital-escola fecharam a Linha Vermelha em sinal de protesto.

### Senadores registram Dia da Defensoria

Os senadores Gim Argello (PTB-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registraram o Dia Nacional da Defensoria Pública (19 de maio) e pediram mais apoio à atividade.

Gim Argello defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 07/08), de sua autoria, que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública.

Segundo Mozarildo, a Defensoria tem recursos insuficientes em comparação com a Advocacia Geral da União e o Ministério Público Federal.

Mão Santa afirmou que os defensores públicos são os “advogados dos pobres”.

## Agripino: governo tem outras prioridades que não a saúde pública

José Agripino (DEM-RN) criticou a incoerência do governo, que alega falta de dinheiro para implantar o projeto que aumenta as verbas para a saúde, mas anuncia redução de R\$ 21,7 bilhões em impostos para exportadores.

– O problema é que o governo parece não colocar a saúde como total prioridade – disse.

O senador avisou que, se depender do Democratas, o governo não aprovará a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Agripino reclamou ainda que o governo abriu créditos extraordinários de R\$ 62,5 bilhões de janeiro de 2007 a abril último (10% do total



Se depender do Democratas, Legislativo não vai aprovar nova CPMF, avisa Agripino

do Orçamento) para projetos, inclusive do Programa de Aceleração do Crescimento, que não estavam no Orçamento do ano passado.

Reforma tributária: Dornelles propõe que mais impostos sejam substituídos pelo IVA; Valadares acredita que proposta do governo não contribui para desconcentração da renda

# Dornelles sugere unificação de tributos federais e estaduais

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) sugeriu que a proposta de reforma tributária do governo unifique a cobrança do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) federal, do IVA estadual e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A unificação, disse, “reduziria muito a burocracia e o custo de arrecadação”.

Dornelles propõe uma legislação única para o IVA federal em substituição ao IPI, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e as demais contribuições para o financiamento da seguridade social. A arrecadação, explicou, seria nacional, com as parcelas do estado e do município



Dornelles avalia que sua proposta levaria a maior simplificação do sistema tributário

automaticamente separadas. A fiscalização, continuou, ficaria a cargo dos estados, que já têm uma estrutura montada para isso.

Nesse sistema, “o dinheiro dos estados não passaria pelos cofres da União, o dinheiro de um estado

não passaria pelo cofre do outro, de modo que não haveria risco, retenção de dinheiro uns dos outros”.

Dornelles sugeriu ainda que lei complementar fixasse cinco ou seis alíquotas do novo IVA e, posteriormente, resolução do Senado enquadraria os diversos produtos nessas alíquotas. A proposta também daria transparência aos incentivos fiscais estaduais, acrescentou.

O senador citou estudo do Banco Mundial que mostra que a carga tributária do Brasil é composta também pelo alto custo com a burocracia de pagar os tributos. Dessa forma, Dornelles disse que sua preocupação ao sugerir a alteração da proposta do governo é reduzir o número de impostos, diminuindo os procedimentos que encarecem a arrecadação.

## Projeto de reforma mantém taxaço do consumo, lamenta Valadares

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou a proposta de reforma tributária do governo por manter o modelo atual baseado na tributação sobre o consumo, causando aumento da concentração da renda no país.

Para Valadares, a proposta de reforma tributária não deve somente unificar impostos, mas também contribuir para a solução da desigualdade social.

– Creio que uma reforma tributária deve ter como objetivo central a equidade social, e não a punição da riqueza. Isso significa que todos

os brasileiros podem usufruir da riqueza produzida no país. Nosso modelo tributário, com impostos indiretos sobre o consumo e impostos diretos sobre a renda e a propriedade, contribui para aumentar essa desigualdade – afirmou.

Valadares alertou para a possibilidade de que a reforma sugerida pelo governo leve à diminuição de recursos para a educação e a previdência social, uma vez que o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) se transformariam



Senador alerta que desvinculação pode destinar menos recursos para a educação

em Imposto sobre Valor Agregado Federal (IVA-F) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) seria incorporada ao Imposto de Renda. Assim, deixaria de haver legislação vinculando os recursos arrecadados.

## Congresso rejeita recriação da CPMF, avisa Arthur Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) anunciou que qualquer proposta de recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) não passa no Congresso.

– Dizem que o dinheiro seria para a saúde. No entanto, o governo tem dinheiro para tudo; só não tem para a saúde – disse, classificando a criação do Fundo Soberano de “tolice”.

O líder do PSDB criticou o presidente por propor aumentos



Para Virgílio, governo deve substituir MPs que aumentam salários por projeto

salariais a servidores públicos por medida provisória, enquanto o Supremo Tribunal Federal decidiu que MPs não podem ser usadas para abrir créditos extraordinários.

O senador manifestou-se a favor do aumento concedido aos

milhares de servidores por outra medida provisória (MP 431/08), mas ponderou que o governo deveria ter enviado ao Congresso um projeto com pedido de urgência, o qual deve ser votado pelos deputados e senadores em 90 dias.

Para ele, o Executivo, ao enviar nova MP sobre crédito extraordinário, está desrespeitando a decisão do Judiciário, “tomada em socorro do Legislativo”. Ele disse que via com otimismo a afirmação do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), de que tentará negociar com o governo a retirada da MP 430/08 e sua substituição por um projeto de lei em caráter de urgência.



Inoperância do conselho, segundo Viana, cria um vácuo nas políticas para a região

## Viana pede ativação de conselho para a Amazônia Legal

Tião Viana (PT-AC) defendeu ontem a urgente ativação do Conselho Nacional da Amazônia Legal (Conamaz), pois a “inoperância” do órgão deixa um vácuo no tocante à formulação de políticas para a região, o que contribui para estimular especulações internacionais em torno da soberania brasileira sobre essa parcela do território nacional. Criado em 1995, o Conamaz é integrado por governadores de todos os estados da Amazônia e ministros.

O senador comentou a repercussão nos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* de recente reportagem do jornal norte-americano *New York Times* (NYT) sobre a região. O texto intitulado “De quem é a Amazônia?” levanta a idéia de que a preservação da região está envolta em disputa internacional. A matéria é assinada pelo correspondente do jornal no país, Alexei Barrinuevo.

### Patrimônio

Como relata o senador, o NYT afirma que “um coro de líderes internacionais declara mais abertamente a Amazônia como parte de um patrimônio maior do que apenas das nações que dividem seu território”.

Ainda conforme o relato de Viana, a reportagem salienta que tais comentários não são bem aceitos no Brasil e reacendem “velhas atitudes de protecionismo territorial e observação dos chamados supostos invasores estrangeiros escondidos”.

Entre as mudanças aceitas por Serys Slhessarenko, está a ampliação do teto das proposições que poderão modificar o Anexo de Metas e Prioridades

# Comissão inicia hoje votação do relatório preliminar da LDO

O relatório preliminar ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009 começa a ser votado hoje, às 14h30, pela Comissão Mista de Orçamento. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) incorporou a seu relatório 24 das 51 emendas apresentadas, das quais 12 com o texto integral proposto pelos parlamentares. Uma delas ampliou o teto das proposições que poderão modificar o Anexo de Metas e Prioridades. O limite total subiu de R\$ 19 bilhões para R\$ 21 bilhões. O valor proposto pelo Executivo era inferior a R\$ 19 bilhões.

Outra mudança aceita pela relatora aumentou de 12 para 17 os temas considerados prioritários para o acolhimento das emendas individuais. Serys deixou claro

que, quando se tratar de obras com recursos federais, os pedidos dos parlamentares devem prever metas físicas que viabilizem a conclusão de etapas ou trechos dos empreendimentos, como, por exemplo, a construção de creches ou pavimentação de estradas. Essa é uma medida preventiva para evitar dispersão de recursos federais e possibilidade de obras inacabadas.

### Prioridades

Entre as novas prioridades incluídas por Serys, há temas variados, desde o combate à violência doméstica contra a mulher, políticas de prevenção das endemias e erradicação dos trabalhos escravo e infantil, até infra-estrutura hídrica, reaparelhamento das forças armadas, controle do tráfego aé-

reo e biocombustível. A comissão vai divulgar pela internet o custo unitário médio para cada ação.

A relatora também aceitou emenda que aumenta o número de ações consideradas prioritárias de dez para 30, desde que tenham abrangência geográfica e demográfica, relevância social e estejam contempladas no Plano Plurianual (PPA) e no Programa Piloto de Investimentos Públicos (PPI) de 2008.

Serys apresentou ontem seu relatório preliminar aos coordenadores das bancadas estaduais. Hoje pela manhã, será a vez de discutir o documento com os representantes dos líderes partidários, com o objetivo de buscar acordos que viabilizem a votação.

## Frente parlamentar defende direitos dos aposentados

“O governo Lula avançou muito, mas tem uma dívida com os idosos”, afirmou ontem Paulo Paim (PT-RS) ao defender projeto de sua autoria que extingue o fator previdenciário no cálculo de aposentadorias (PLS 296/03). A posição foi manifestada no lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas, na Câmara dos Deputados, na presença de representantes da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap) e das federações de aposentados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Maranhão e Rio Grande do Norte.

A proposta, aprovada no Senado e em tramitação na Câmara, extingue o fator previdenciário para que o valor da aposentadoria volte a ser calculado por média aritmética simples, levando em conta os últimos 36 salários de contribuição. Implantado em 1999, o fator previdenciário mudou o cálculo da aposentadoria, que passou a ser definida a partir da combinação da idade do segurado, do tempo de contribuição para a Previdência e da expectativa de vida do segurado.

## Paim: desafio é produzir alimentos e biocombustíveis

Paulo Paim (PT-RS) analisou ontem em Plenário a chamada crise dos alimentos, que combina alta de preços com insuficiência na oferta. Para o senador, o problema é grave e está chamando a atenção não só do Brasil, mas de todo o mundo.

Na avaliação de Paim, o aumento nos preços dos alimentos é ocasionado por fatores como a elevação do valor do petróleo, queda nas safras de vários países, mudanças cambiais e especulação financeira, além da ampliação do consumo de alimentos.

A questão entre produção de alimentos versus produção de biocombustíveis também merece atenção, destacou o senador. Ele lembrou que o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, afirmou em audiência no Senado que a demanda por alimentos cresceu 5% nos últimos cinco anos, enquanto os estoques de trigo, milho e arroz caíram quase 50% no período. Mesmo assim, observou Paim, o ministro disse que o Brasil é capaz de produzir o bastante para alimentar sua população e, ao mesmo tempo, produzir biocombustíveis e aumentar as exportações.



Para Ideli, excluir da DRU verbas da educação é a “prioridade das prioridades”

## Ideli cobra exame de projetos para melhorar a educação

Se o Senado quiser melhorar sua imagem perante a sociedade, deve aprovar, sem demora, uma série de matérias destinadas a recuperar a qualidade do ensino. Foi o que recomendou ontem a líder do Bloco de Apoio ao Governo, Ideli Salvatti (PT-SC).

A “prioridade das prioridades”, conforme assinalou, é a proposta de emenda à Constituição (PEC 96/03) que estabelece a recomposição das verbas obrigatórias para a educação – 18% da arrecadação dos impostos federais. Por causa da Desvinculação de Receitas União (DRU), apenas 14,4% da arrecadação segue direto para o ensino. A diferença (3,6%) é utilizada pelo governo em outros fins, como o pagamento de juros da dívida pública.

### Exclusão

A exclusão dos recursos para o ensino do âmbito da DRU foi proposta por Ideli por meio da PEC 96/03, que só recentemente passou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa.

A matéria terá de ser aprovada em Plenário em dois turnos e, em seguida, na Câmara dos Deputados, igualmente em dois turnos. A PEC será regulamentada por lei complementar, que estabelecerá a redução gradual do percentual retido até que nenhuma verba para o ensino fique sob a abrangência da DRU em 2011.

– Vamos fazer uma janela a fim de que essa PEC seja votada.



Maciel destaca mensagem de humanismo transmitida pela escritora

## Senadores lamentam a morte de Zélia Gattai

Senadores e membros da Academia Brasileira de Letras (ABL), Marco Maciel (DEM-PE) e José Sarney (PMDB-AP), lamentaram a morte da escritora e colega de ABL Zélia Gattai, ocorrida no sábado, em Salvador. Esposa do escritor baiano Jorge Amado, Zélia deixa uma obra em que se destaca *Anarquistas, graças a Deus*, seu primeiro livro, de 1979.

Maciel pediu voto de pesar e condolências aos familiares da escritora, à ABL e ao governo da Bahia.

– Zélia Gattai lega a todos uma mensagem de humanismo, confraternização das regiões e dos povos por cima das fronteiras. Muito do memorialismo que escreveu foi em nações distantes, tornadas próximas pelo calor do

coração com a luz da inteligência – afirmou.

Em nota oficial, Sarney diz que nem Zélia Gattai nem Jorge Amado seriam o que foram se não tivessem tido um ao outro.

– Foi uma incansável trabalhadora das letras e uma personalidade inconfundível.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) também pediu voto de pesar.



Sarney ressalta o conteúdo memorialístico da obra de Zélia Gattai